

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

## Edital 5/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	NADIA DIAS SIMIAO LEAO	11/03/2026 15:16 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	20/2026	23220000145202669

### 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90014/2026

### CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

158124

### OBJETO

registro de preços de Panificados

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 464.752,20( quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/03/2026 às 08h (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

menor preço global por grupo de item

### Modo de disputa:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS IPORÁ

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

Processo Administrativo nº23220.000145.2026-69

Torna-se público que o(a) Instituto Federal Goiano - Campus iporá, por meio do(a) Unidade de compras e **Licitação**, sediado(a) Avenida Oeste nº 350, Parque União, CEP: 76.206-041, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Panificados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. *Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).*

3.2. *Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.*

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

*controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.*

*3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.*

*3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.*

*3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.*

*3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.*

*3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.*

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício .

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário *do item e valor total do grupo*;

6.1.2. Quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, sendo o critério de julgamento menor preço global por grupo de itens, conforme tabela constante no tópico 1.1 do termo de referência.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 ( dez centavos de real)

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela



possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: [licitacao.ipr@ifgoiano.edu.br](mailto:licitacao.ipr@ifgoiano.edu.br)

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas DUAS HORAS, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ifgoiano.edu.br/home/index.php/ipora.html>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [email: licitacao.ipr@ifgoiano.edu.br](mailto:licitacao.ipr@ifgoiano.edu.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://ifgoiano.edu.br/home/index.php/ipora.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e concordância

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta;

Iporá, 11 de março de 2025.

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ABEL TELES BARBOSA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 15:12:18.



INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

## Termo de Referência 25/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em  
25/2026 158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO TAMIRES ARAUJO LIMA 11/03/2026 13:54 (v 0.8)  
Status  
DISPONIBILIZADO

## Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo  
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo 20/2026 23220.000145.2026-69

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS IPORÁ

(Processo Administrativo nº 23220.000145.2026-69)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Aquisição de Panificados para o IF Goiano - Campus Iporá, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL						
Item	Catmat	Descrição	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor total
1	240574	Biscoito de Polvilho tipo peta- Uniformes para unidades normais de produtos de primeira qualidade. Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano. Embalados em sacos plásticos. Entrega programada de acordo com a necessidade	Kg	150	R\$ 29,11	R\$ 4.366,50
2	389186	Biscoito de queijo caseiro, peso 80 g. Ingredientes: polvilho, leite, óleo, queijo ralado e sal. Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano. Entrega programada de acordo com a necessidade.	Kg	150	R\$ 32,49	R\$ 4.873,50
3	617630	Bolo de fubá formato quadrado, peso de 90g sem cobertura. Ingredientes: fubá de milho, ovos, leite, óleo ou manteiga, açúcar, fermento e Leite condensado. Não pode ser utilizada massa pronta	Kg	200	R\$ 38,46	R\$ 7.692,00
4	632173	Enroladinho de massa assada recheada com queijo, produzido com ingredientes de qualidade, fornecido individualmente, fresco.	Kg	200	R\$ 42,00	R\$ 8.400,00
5	460497	Pão de queijo tradicional tamanho médio, assado, macio internamente e levemente crocante externamente, produzido com polvilho e queijo, próprio para consumo.	Kg	700	R\$ 31,00	R\$ 21.700,00
6	460380	Pão francês de 50 g com 1 fatia de mussarela	Kg	300	R\$ 30,06	R\$ 9.018,00
7	620868	Pão mandi de 50 g com 1 fatia de mussarela	Kg	300	R\$ 30,29	R\$ 9.087,00
					R\$	R\$



8	617795	Rosca caseira	Kg	100	30,15	3.015,00
9	617630	Bolo de cenoura caseiro sem cobertura, formato quadrado, peso de 80 g. Ingredientes: farinha de trigo, ovos, leite, óleo ou manteiga, açúcar, fermento e cenoura. Não pode ser utilizada massa pronta.	Kg	110	R\$ 39,82	R\$ 4.380,20
10	627120	Sanduíche natural preparado com pão, queijo, patê de frango, cenoura ralada, alface, tomate e requeijão cremoso, acondicionado em embalagem individual, mantido sob refrigeração.	Kg	100	R\$ 41,93	R\$ 4.193,00
11	476821	Salgado assado com frango, peso de 90 g.	Kg	500	R\$ 52,99	R\$ 26.495,00
12	476821	Salgado assado com carne, peso de 90 g.	Kg	400	R\$ 47,00	R\$ 18.800,00
Subtotal					R\$ 122.020,20	
GRUPO 2 EXTENSÃO/ENSINO/PESQUISA E ADM						
Item	Catmat	Descrição	Unidade	Qtidade Total	Valor Unitário	Valor total
13	617630	Bolo simples caseiro, sabores variados (cenoura, milho, chocolate, fubá, entre outros), fornecido em fatias individuais, fresco, produzido no dia ou na véspera da entrega.	Kg	1300	R\$ 39,82	R\$ 51.766,00
14	460497	Pão de queijo tradicional, assado, macio internamente e levemente crocante externamente, produzido com polvilho e queijo, próprio para consumo.	Kg	1300	R\$ 31,00	R\$ 40.300,00
15	389186	Biscoito de queijo assado, crocante, produzido com ingredientes próprios para consumo humano, acondicionado em embalagem individual ou porção.	Kg	1300	R\$ 32,49	R\$ 42.237,00
16	632173	Enroladinho de massa assada recheada com queijo, produzido com ingredientes de qualidade, fornecido individualmente, fresco.	Kg	1300	R\$ 38,80	R\$ 50.440,00
17	632173	Enroladinho de massa assada recheada com salsicha, produzido com ingredientes próprios para consumo, fornecido individualmente.	Kg	1300	R\$ 38,80	R\$ 50.440,00
18	460396	Croissant de massa folhada, recheado com chocolate, assado, fresco, fornecido individualmente, com textura macia e sabor característico.	Kg	1300	R\$ 40,80	R\$ 53.040,00
19	627120	Sanduíche natural preparado com pão, queijo, patê de frango, cenoura ralada, alface, tomate e requeijão cremoso, acondicionado em embalagem individual, mantido sob refrigeração.	Kg	1300	R\$ 41,93	R\$ 54.509,00
Subtotal					R\$ 342.732,00	
Total Geral					R\$ 464.752,20	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10651417000178-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 11/02/2025;
- III) Id do item no PCA: 35;
- IV) Classe/Grupo: 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS;
- V) Identificador da Futura Contratação:158124-20/2026 ;

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Exigência de Alvará Sanitário e comprovação de boas práticas de fabricação;
- 4.1.2. Preferência, em caso de empate, por fornecedores que adotem práticas de produção sustentável (critério de desempate)
- 4.1.3 Exigência de otimização das embalagens para transporte, com redução de volume e peso;
- 4.1.4 Obrigatoriedade de embalagens de papel para distribuição individual dos lanches aos discentes (material renovável, biodegradável e reciclável);
- 4.1.5 Padronização de embalagens que facilitem a segregação e a reciclagem;

#### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. As entregas deverão ser realizadas no setor de lanches do Campus Iporá, situado na Avenida Oeste, nº 350, Parque União, Iporá/GO, observados os seguintes horários, conforme a demanda e o turno solicitado:

5.1.1 No grupo 1 temos:

- 5.1.1.1 Período matutino: das 08h às 08:30;
- 5.1.1.2 Período vespertino: das 14h às 14h30min;
- 5.1.1.3 Período noturno: das 18h às 18h30min.

5.1.2 No grupo 2 temos:

5.1.2.1 Período matutino: das 8h às 11h;

5.1.2.2 Período vespertino: das 13h às 17h;

5.1.2.3 Período noturno: das 18h às 22h.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço* Avenida Oeste, nº 350, Parque União, Iporá/GO.

5.3.1. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.*

5.4. Deverão ser observadas ainda, para os produtos de panificação, as seguintes exigências:

5.4.1. Devem atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como atender às todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores, a respeito de fabricação e comercialização de alimentos

5.4.2 Os alimentos deverão ser entregues devidamente higienizados e acondicionados em embalagens adequadas à conservação e à natureza do produto. Para os panificados destinados à distribuição individual ao público discente, será obrigatória a utilização de embalagens de papel, garantindo condições higiênico-sanitárias adequadas. Os vasilhames de plástico utilizados no transporte deverão estar rigorosamente higienizados. Para os demais produtos, admite-se o uso de embalagens em plástico ou isopor, conforme a melhor técnica de armazenamento e conservação

5.4.3 Considerando a natureza perecível dos gêneros alimentícios, o fornecimento dar-se-á de forma parcelada e contínua ao longo do ano, respeitando-se avariedade dos itens e mediante solicitações formais expedidas pelos setores competentes

5.4.4 A contratada deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação formal emitida pelo setor responsável (Assistência Estudantil, para o Grupo 1; Coordenação de Extensão ou setor equivalente, para o Grupo 2).

5.4.5 Correrão por conta da contratada todas as despesas relativas à conservação, transporte, carga, descarga e demais encargos necessários à efetiva entrega dos produtos

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à

execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;

- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa: [A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **20% (vinte por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art.

75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO*

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
------	---

  

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 464.752,20 (quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Ipórá, 11 de março de 2026.

*Tamires Araújo Lima*

Agente de Contratação

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)***

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias.
  - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Goiás, Seção Judiciária de Goiânia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TAMIRES ARAUJO LIMA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 13:54:20.*



## INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

# Estudo Técnico Preliminar 20/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23220.000145.2026-69

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa à aquisição de produtos de panificação para atender às necessidades do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá. A demanda está alinhada aos objetivos institucionais do IF Goiano, em especial no que tange à manutenção do funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, bem como à promoção do bem-estar da comunidade estudantil.

A alimentação escolar constitui direito social dos estudantes da educação básica, devendo ser assegurada durante todo o período letivo, inclusive em atividades complementares e de extensão que demandem permanência prolongada ou dedicação integral nas dependências da instituição. A oferta de lanche adequado e saudável atende a uma necessidade básica para a sobrevivência, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento físico e emocional, bem-estar e desempenho acadêmico dos discentes.

A aquisição será dividida em dois grupos distintos, conforme a finalidade de consumo:

- **Grupo 1 – Lanche dos Alunos:** Destinado ao atendimento dos estudantes da educação básica, integrando a política de segurança alimentar e nutricional do campus. A oferta contínua de alimentação visa assegurar condições de permanência e êxito, reduzindo a evasão escolar por meio da formação integral e da garantia de condições mínimas para a participação plena nas atividades institucionais.
- **Grupo 2 – Demandas Administrativas e Acadêmicas:** Destinado ao atendimento de reuniões da administração e de atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo servidores, colaboradores e discentes em eventos institucionais, reuniões pedagógicas e ações extensionistas.

Dessa forma, a presente contratação revela-se indispensável para a continuidade dos serviços prestados pelo IF Goiano – Campus Iporá, assegurando não apenas o funcionamento administrativo, mas, sobretudo, o direito à alimentação como instrumento de inclusão, desempenho acadêmico e permanência estudantil.

A conveniência e oportunidade da presente contratação estão demonstradas nos seguintes fundamentos. A oferta de lanche aos estudantes da educação básica constitui dever do Estado e direito do aluno, nos termos da Lei nº 11.947/2009. A presente contratação viabiliza o cumprimento dessa obrigação legal, assegurando alimentação adequada e saudável durante todo o período letivo. A vulnerabilidade socioeconômica é uma das principais causas da evasão escolar. A oferta regular de alimentação atua como fator de proteção, contribuindo para a redução dos índices de abandono e para a melhoria do desempenho acadêmico. A disponibilidade de lanches para eventos de extensão, ensino, pesquisa e administração viabiliza a realização de atividades acadêmicas de médio e grande porte, muitas das quais demandam permanência prolongada dos participantes nas dependências do Campus. A oferta de lanches em reuniões administrativas e atividades institucionais valoriza servidores e colaboradores, contribuindo para um ambiente organizacional mais saudável e produtivo.

A contratação está devidamente prevista no Plano Anual de Contratações do IF Goiano para o exercício de 2026, sob o nº 158124-20/2026, tendo sido submetida aos trâmites de planejamento e aprovação institucional. Há dotação orçamentária assegurada para o exercício de 2026, conforme declaração do Gabinete de Administração e Planejamento com recursos do PNAE (Grupo 1) e recursos próprios do Campus (Grupos 1 e 2). Diante do exposto, resta demonstrada a **conveniência administrativa, social e institucional** da contratação, bem como a **oportunidade temporal e orçamentária** para sua realização no exercício de 2026, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório.

Os produtos de panificação objeto desta licitação não exigem padronização de marca, uma vez que o que se busca é a qualidade intrínseca do alimento, suas características organolépticas (sabor, textura, aparência) e sua conformidade com as especificações técnicas, e não uma marca comercial específica. O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fornecedores locais aptos a produzir os itens com a qualidade exigida, sendo desnecessária e indevida a restrição a marcas específicas. O objeto não requer compatibilidade com equipamentos, softwares ou sistemas preexistentes, afastando a hipótese de indicação de marca por necessidade técnica. A presente contratação **não adotará indicação de marca ou modelo**, em estrita observância ao art. 41 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a ampla competitividade e a participação do maior número possível de fornecedores, sem prejuízo da qualidade e da conformidade técnica dos produtos.

O IF Goiano é composto por diversos campi em diferentes municípios goianos. A liberação de adesão permite que outros campi da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica utilizem a ata, otimizando recursos e evitando a realização de licitações idênticas. A possibilidade de adesão evita a multiplicação de processos licitatórios para objetos idênticos ou similares, gerando economia de escala e racionalização dos gastos públicos. Diante do exposto, **recomenda-se a liberação de adesão à ata** por órgãos e entidades não participantes, observados os seguintes condicionantes:

- a) Previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- b) Limite de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados;
- c) Anuência prévia e formal do fornecedor;
- d) Comunicação e autorização do órgão gerenciador;
- e) Respeito às cláusulas e condições originais da ata.

A medida alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, ampliando os benefícios da contratação para toda a Administração Pública.

O art. 25 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que os contratos administrativos devem prever o índice de reajustamento de preços, com base em indexador específico, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, é o indexador oficial do governo federal para medição da inflação e reajuste de contratos administrativos, sendo amplamente aceito e utilizado. O IPCA reflete a variação dos preços de alimentos e bebidas, subitem "panificados", capturando com precisão a inflação do setor. A utilização de índice oficial, de conhecimento público e amplamente divulgado, confere transparência e segurança jurídica ao reajuste. Adota-se o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** como índice de reajustamento da contratação, por ser o indexador oficial, adequado à natureza do objeto e que reflete com precisão a variação dos custos do setor de panificação.

Regime de execução é a forma como o contrato será executado, definindo as responsabilidades, os prazos, as condições de entrega e as obrigações das partes. A empreitada por preço global é o regime no qual a contratada se obriga a executar a totalidade do objeto, com preço certo e total, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários. Os produtos de panificação são perfeitamente mensuráveis e especificáveis, permitindo a definição de preços unitários fixos, com valor global resultante da multiplicação das quantidades estimadas pelos preços unitários. Os riscos inerentes à produção (variação de custos de insumos, mão de obra, etc.) são alocados à contratada, que deve incorporá-los em sua proposta. O regime de execução adotado é a **empreitada por preço global**, adequado à natureza do objeto, à modalidade licitatória (pregão) e ao sistema de registro de preços, assegurando simplicidade, segurança e previsibilidade à contratação. É importante destacar que a empreitada por preço global, neste caso, não significa que a contratada receberá o valor total de uma vez. O pagamento será **proporcional às entregas efetuadas**, com base nos preços unitários registrados. O "global" refere-se ao valor total estimado da contratação, não a uma obrigação de pagamento antecipado ou integral.

A Súmula TCU nº 247 estabelece que "é obrigatória a admissão do parcelamento do objeto nas licitações quando técnica e economicamente viável", desde que não haja perda de economia de escala. A presente contratação **não será parcelada em itens individuais**, optando-se pela **adjudicação por grupo de itens** (dois grupos). O parcelamento em itens individuais fragmentaria a demanda em quantitativos reduzidos, diminuindo o poder de negociação dos fornecedores e, consequentemente, elevando os preços unitários. A forma mais clássica de comprovar a economia de escala é demonstrar que grandes quantidades atraem preços unitários menores porque o fornecedor consegue negociar melhor com seus próprios fornecedores de insumos (farinha, queijo, ovos, etc.) e diluir seus custos fixos (mão de obra, energia, logística) em um volume maior de produção. A divisão em itens menores reduz esse poder de negociação, elevando o preço final para a Administração.

Muitos itens, isoladamente, teriam valor tão baixo que o custo do frete seria superior ao valor do próprio produto. O parcelamento excessivo desestimularia a participação de fornecedores, especialmente para entregas diárias e fracionadas, inviabilizando a contratação. O custo do frete para entregar "10 kg de rosquinha" em um município do interior goiano pode superar o valor do produto, tornando a contratação antieconômica. O lanche escolar é ofertado de forma integrada e simultânea. A fragmentação do fornecimento entre diversos fornecedores comprometeria a uniformidade do serviço e a tempestividade das entregas. Diante do exposto, o parcelamento da contratação em itens individuais é **inviável técnica e economicamente**, optando-se pela **adjudicação por grupo de itens** (dois grupos), que preserva a economia de escala, reduz custos logísticos e de transação, simplifica a gestão e assegura a competitividade, em conformidade com a Súmula TCU nº 247.

O art. 105 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, observados os prazos de vigência e as hipóteses de prorrogação. A vigência estará adstrita ao exercício financeiro de 2026, com possibilidade de prorrogação nos termos da lei. Trata-se de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com fornecimento contínuo e parcelado, sendo adequado o prazo de 12 meses para cobrir todo o ano letivo. A vigência proposta é de **12 (doze) meses**, adequada à natureza do objeto, ao ciclo orçamentário e à necessidade de fornecimento contínuo durante o ano letivo, com possibilidade de prorrogação nos termos legais.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) está previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023. A adoção do SRP em conjunto com o pregão eletrônico encontra amparo no art. 6º, inciso XLV, e no art. 29 do Decreto nº 11.462/2023, que expressamente admitem a utilização do pregão para registro de preços. O fornecimento deve ocorrer de forma parcelada e contínua, com entregas diárias em múltiplos turnos, conforme a demanda real da instituição. O SRP viabiliza esse modelo ao permitir aquisições periódicas com base nos preços registrados. As quantidades de lanches para eventos de extensão (Grupo 2) estão sujeitas a variações decorrentes do calendário acadêmico, do porte dos eventos e da adesão do público. O SRP permite que a Administração adquira apenas o necessário, quando necessário, sem a obrigação de contratar a totalidade estimada. Embora haja um calendário previsto de eventos, imprevistos (inclusão de novos eventos, alterações de cronograma, cancelamentos) são comuns. O SRP confere flexibilidade para ajustar as aquisições à realidade.

O SRP assegura o fornecimento ininterrupto de lanche escolar durante todo o ano letivo, evitando solução de continuidade no atendimento aos estudantes. Todos os preços e quantitativos são previamente definidos e registrados, facilitando o controle interno e externo. O pregão eletrônico, com sua dinâmica de lances em tempo real, atrai maior número de licitantes, ampliando a competitividade e gerando preços mais vantajosos. A combinação

pregão eletrônico + SRP é amplamente utilizada pela Administração Pública Federal para aquisição de gêneros alimentícios, inclusive panificados, com resultados exitosos comprovados em diversos órgãos, conforme atestam as pesquisas realizadas no SIASG.

A Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 48, estabelece a possibilidade de tratamento diferenciado para ME/EPP nas contratações públicas, incluindo:

- Reserva de até 25% do objeto para participação exclusiva de ME/EPP;
- Exigência de subcontratação de ME/EPP;
- Prioridade de desempate.

O Decreto nº 11.488/2023 regulamenta a aplicação desses benefícios no âmbito da Lei nº 14.133/2021. Apesar do relevante papel social e econômico das ME/EPP, a **reserva de cota exclusiva para esses segmentos mostra-se inviável na presente contratação**. A divisão do objeto em cotas exclusivas para ME/EPP fragmentaria ainda mais a demanda, reduzindo o volume de cada grupo e, conseqüentemente, o poder de negociação dos fornecedores. A forma mais clássica de comprovar a economia de escala é demonstrar que grandes quantidades atraem preços unitários menores porque o fornecedor consegue negociar melhor com os fabricantes de insumos (farinha, queijo, ovos, etc.) e diluir seus custos fixos (mão de obra, energia, logística) em um volume maior de produção. A reserva de cota, ao reduzir o volume de cada grupo, diminui esse poder de negociação, o que fatalmente elevará o preço final para a Administração. Os itens de panificação, por serem perecíveis e exigirem entregas diárias e fracionadas, têm no frete um componente significativo do custo total. A reserva de cota reduziria ainda mais o volume de cada contrato, tornando o custo do frete proporcionalmente maior. Em alguns casos, o valor do frete poderia superar o valor dos próprios produtos, inviabilizando economicamente a contratação.

A criação de cotas exclusivas multiplicaria o número de contratos a serem geridos (um contrato para a cota ME/EPP, outro para a cota principal), aumentando os custos de transação para a Administração: mais processos de pagamento, mais notas fiscais para processar, mais fornecedores para fiscalizar, mais medições. Esses custos administrativos adicionais anulariam qualquer benefício pretendido com a reserva de cota. A gestão de múltiplos fornecedores para entregas diárias e fracionadas, em um mesmo local e com os mesmos prazos, seria excessivamente complexa. O risco de desabastecimento por falha de um dos fornecedores aumentaria significativamente. Embora existam diversas ME/EPP no ramo de panificação em Iporá e região, nem todas possuem capacidade operacional e estrutura logística para atender a entregas diárias e fracionadas nos volumes exigidos pelos grupos, especialmente considerando a necessidade de fornecimento ininterrupto durante todo o ano letivo. A reserva de cota poderia resultar em contratação de empresas sem capacidade operacional comprovada, elevando o risco de inexecução contratual.

Ainda que não haja reserva de cota, a presente contratação adotará outras medidas de estímulo à participação de ME/EPP, em conformidade com a LC nº 123/2006. Diante do exposto, **não se recomenda a reserva de cota exclusiva para ME/EPP** na presente contratação, tendo em vista:

- a) A perda de economia de escala, que elevaria os preços finais;
- b) O aumento dos custos logísticos e de transação;
- c) A complexidade operacional para gestão de múltiplos fornecedores;
- d) O risco de desabastecimento e comprometimento do lanche escolar;
- e) A competitividade já assegurada pela modelagem em dois grupos.

As medidas compensatórias de estímulo às ME/EPP serão integralmente aplicadas, garantindo tratamento diferenciado e favorecendo a participação desses segmentos sem os prejuízos advindos da reserva de cota.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assistência Estudantil do IF Goiano - Campus Iporá	Suelia da Silva Araujo
Coordenação de Extensão	Bruno Silva de Oliveira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, e o recebimento dos produtos será realizado por servidor formalmente designado pela Administração. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas no edital, no Termo de Referência , assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, vedada a transferência de responsabilidades à Administração.

Os produtos de panificação deverão atender rigorosamente às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência e estar em total conformidade com as normas sanitárias vigentes, em especial as expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos de fiscalização competentes.

Os alimentos deverão ser entregues devidamente higienizados e acondicionados em embalagens adequadas à conservação e à natureza do produto. Para os panificados destinados à distribuição individual ao público discente, será obrigatória a utilização de embalagens de papel, garantindo condições higiênico-sanitárias adequadas. Os vasilhames de plástico utilizados no transporte deverão estar rigorosamente higienizados. Para os demais produtos, admite-se o uso de embalagens em plástico ou isopor, conforme a melhor técnica de armazenamento e conservação.

Correrão por conta da contratada todas as despesas relativas à conservação, transporte, carga, descarga e demais encargos necessários à efetiva entrega dos produtos no local indicado pela Administração.

Considerando a natureza perecível dos gêneros alimentícios, o fornecimento dar-se-á de forma parcelada e contínua ao longo do ano, respeitando-se a variedade dos itens e mediante solicitações formais expedidas pelos setores competentes. Tal característica justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023.

A contratada deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação formal emitida pelo setor responsável (Assistência Estudantil, para o Grupo 1; Coordenação de Extensão ou setor equivalente, para o Grupo 2).

As entregas deverão ser realizadas no setor de lanches do Campus Iporá, situado na Avenida Oeste, nº 350, Parque União, Iporá/GO, observados os seguintes horários, conforme a demanda e o turno solicitado:

No grupo 1 temos:

- **Período matutino:** das 08h às 08:30;
- **Período vespertino:** das 14h às 14h30min;
- **Período noturno:** das 18h às 18h30min.

No grupo 2 temos:

- **Período matutino:** das 8h às 11h;
- **Período vespertino:** das 13h às 17h;
- **Período noturno:** das 18h às 22h.

Por tratar-se de fornecimento de gêneros alimentícios, a licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento vigente, expedido pela Vigilância Sanitária competente, comprovando sua regularidade perante os órgãos de controle sanitário.

## 5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado junto a potenciais fornecedores do ramo de panificação no município de Iporá/GO e região circunvizinha.

Constata-se a existência de múltiplos estabelecimentos comerciais, entre padarias, confeitarias e indústrias de panificação de pequeno e médio porte, com capacidade técnica, operacional e sanitária para atender às demandas do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá.

A presença de diversos agentes econômicos no mercado local evidencia um ambiente competitivo favorável, capaz de assegurar a participação de múltiplos licitantes e, consequentemente, a obtenção de propostas vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da competitividade e da economicidade.

Foram identificadas, preliminarmente, duas possíveis soluções para atendimento da necessidade:

- **Solução A – Aquisição de insumos e matérias-primas para produção interna:** Consistente na compra de farinhas, fermentos, recheios e demais insumos, com posterior manipulação e preparo dos panificados nas dependências do campus.
- **Solução B – Aquisição de produtos de panificação já preparados e prontos para o consumo:** Consistente na compra de itens finalizados, entregues em condições imediatas de distribuição aos usuários.

Após avaliação técnica e operacional, a **Solução B** foi considerada a mais adequada à realidade institucional, com base nos seguintes fundamentos:

a) Inexistência de infraestrutura física e de pessoal: O Campus Iporá não dispõe de espaço físico adequado, equipamentos industriais e quadro de servidores ou colaboradores capacitados para a manipulação, preparo e armazenamento de gêneros alimentícios em larga escala, com observância integral das boas práticas de fabricação exigidas pela vigilância sanitária;

b) Segurança alimentar e sanitária: A aquisição de produtos prontos, oriundos de estabelecimentos regularizados e fiscalizados, transfere ao fornecedor a responsabilidade primária pela conformidade sanitária, reduzindo riscos de contaminação e responsabilização da Administração;

c) Economicidade e eficiência operacional: A solução dispensa investimentos em aquisição de equipamentos, contratação de mão de obra especializada e custos fixos de manutenção de estrutura produtiva, concentrando o gasto público exclusivamente no produto final entregue;

d) Agilidade no atendimento: A modalidade de fornecimento de produtos prontos permite respostas rápidas às demandas variáveis da instituição, inclusive com a possibilidade de entregas diárias e em múltiplos turnos, conforme a programação das atividades acadêmicas, administrativas e de extensão.

Diante do exposto, resta demonstrada a viabilidade da contratação, a existência de mercado fornecedor competitivo e a adequação da solução escolhida — aquisição de produtos de panificação já preparados — às peculiaridades operacionais, sanitárias e orçamentárias do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de produtos de panificação já preparados e prontos para o consumo, destinados ao atendimento das necessidades do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, compreendendo dois grupos distintos:

- **Grupo 1 – Lanche dos Alunos:** produtos voltados à alimentação escolar dos discentes da educação básica, integrando a política de assistência estudantil e segurança alimentar e nutricional do campus;
- **Grupo 2 – Demandas Administrativas e Acadêmicas:** produtos destinados ao atendimento de reuniões da administração e de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com julgamento por grupo e adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, em razão da natureza perecível dos gêneros e da necessidade de fornecimento parcelado e contínuo ao longo do ano.

A execução do objeto dar-se-á mediante emissão de Nota de Empenho, com recebimento dos produtos por servidor formalmente designado pela Administração.

A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no contrato, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, vedada qualquer transferência de responsabilidades à Administração.

Correrão por conta da contratada todas as despesas relativas à conservação, transporte, carga, descarga e demais encargos logísticos e operacionais necessários à efetiva entrega dos produtos no local indicado.

Os produtos deverão atender rigorosamente às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência e estar em estrita conformidade com as normas sanitárias vigentes, em especial as expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos de fiscalização competentes.

Os alimentos deverão ser entregues devidamente higienizados e acondicionados em embalagens adequadas à conservação e à natureza do produto, observando-se:

- Para os panificados destinados à distribuição individual ao público discente: embalagens de papel, garantindo condições higiênico-sanitárias adequadas ao consumo imediato;
- Para o transporte: utilização de vasilhames de plástico devidamente higienizados;
- Para os demais produtos: admitem-se embalagens em plástico ou isopor, conforme a melhor técnica de armazenamento e conservação.

Considerando a perecibilidade dos gêneros alimentícios e a variabilidade das demandas institucionais, o fornecimento dar-se-á de forma parcelada, contínua e sob demanda, respeitando-se a variedade dos itens e mediante solicitações formais expedidas pelos setores competentes:

- **Grupo 1:** solicitações emitidas pelo Setor de Assistência Estudantil;
- **Grupo 2:** solicitações emitidas pela Coordenação de Extensão ou setor equivalente.

A contratada deverá realizar a entrega dos produtos no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contadas a partir do recebimento da solicitação formal.

As entregas deverão ser realizadas no setor de lanches do Campus Iporá, situado na Avenida Oeste, nº 350, Parque União, Iporá/GO, observados os seguintes horários, conforme a demanda e o turno solicitado:

No grupo 1 temos:

- **Período matutino:** das 08h às 08:30;

- **Período vespertino:** das 14h às 14h30min;
- **Período noturno:** das 18h às 18h30min.

No grupo 2 temos:

- **Período matutino:** das 8h às 11h;
- **Período vespertino:** das 13h às 17h;
- **Período noturno:** das 18h às 22h.

*Justificativa da amplitude dos horários:* A flexibilidade visa compatibilizar o regime de entregas com a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas, bem como com a capacidade operacional dos fornecedores locais.

Por tratar-se de fornecimento de gêneros alimentícios, constitui requisito obrigatório para habilitação a apresentação de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento vigente, expedido pela Vigilância Sanitária competente, comprovando a regularidade da licitante perante os órgãos de controle sanitário.

Em síntese, a solução aqui descrita contempla:

- a) Aquisição de produtos de panificação prontos para consumo;
- b) Divisão em dois grupos, conforme a finalidade e o público destinatário;
- c) Fornecimento parcelado e sob demanda, com entregas em até 24 horas;
- d) Exigências rigorosas de conformidade sanitária e qualidade dos produtos;
- e) Adoção do SRP como modelo de gerenciamento da contratação;
- f) Competitividade preservada pela existência de múltiplos fornecedores no mercado local.

A solução revela-se adequada, eficaz e eficiente, alinhada à realidade operacional e orçamentária do IF Goiano – Campus Iporá, apta a garantir o atendimento tempestivo e de qualidade às necessidades institucionais.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para a contratação de 2026 foi elaborada com base nos seguintes critérios técnicos e fontes de informação:

- a) **Histórico de consumo e empenho do exercício de 2025** – Considerando os quantitativos efetivamente contratados e executados no ano anterior, ajustados às particularidades de cada grupo;
- b) **Cardápio institucional** – Elaborado pela Comissão Institucional de Alimentação e Nutrição do IF Goiano (CONUTRI/IF Goiano), que define a variedade e a frequência dos itens a serem ofertados;
- c) **Público atendido** – Número de estudantes matriculados nos Cursos Técnicos de Nível Médio e PROEJA, bem como estimativa de participantes em eventos de extensão, ensino, pesquisa e administração;
- d) **Ampliação da oferta** – Previsão de expansão do fornecimento de lanche escolar para o período vespertino no exercício de 2026, utilizando recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) complementados com recursos próprios do Campus;
- e) **Programação institucional de eventos** – Calendário acadêmico e de extensão para 2026, com base no histórico de eventos realizados e na expectativa de público.

**Para o Grupo 1**, destinado ao lanche diário dos estudantes da educação básica, adotaram-se as seguintes premissas:

- Atendimento médio diário de 350 estudantes no período matutino;
- Ampliação do atendimento para o período vespertino em 2026, conforme planejamento institucional e disponibilidade orçamentária;
- 200 dias letivos no ano;
- Cardápio variado, com rodízio dos itens conforme orientação da CONUTRI/IF Goiano;
- Recursos do PNAE (30% do orçamento destinado à aquisição de panificados) complementados por recursos próprios do Campus.

### Histórico de empenho de panificados em 2025

TEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (KG)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Biscoito de Polvilho tipo peta	208	R\$ 26,9900	R\$ 5.613,92
2	Biscoito de queijo	258	R\$ 40,9000	R\$ 10.552,20
3	Bolo caseiro - sabor variado	258	R\$ 39,9000	R\$ 10.294,20
4	Bolo de fubá	258	R\$ 39,9000	R\$ 10.294,20
5	Enroladinho de queijo	358	R\$ 41,9000	R\$ 15.000,20
6	Pão de queijo de padaria de tamanho médio	658	R\$ 30,9000	R\$ 20.332,20
7	Pão francês com manteiga	358	R\$ 30,9000	R\$ 11.062,20
8	Pão mandi com manteiga	190	R\$ 30,9000	R\$ 5.871,00
9	Rosquinha	258	R\$ 31,3243	R\$ 8.081,66
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$ 97.101,79</b>

Quantitativos estimados para 2026 do Grupo 1

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada 2026	F o n t e /Metodologia
1	Enroladinho de queijo	Kg	200	Histórico 2025 + ampliação vespertino
2	Biscoito de Polvilho tipo peta Uniformes para unidades normais de produtos de primeira qualidade. Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano. Embalados em sacos plásticos. Entrega programada de acordo com a necessidade	Kg	150	Histórico 2025 + ajuste de consumo
3	Pão de queijo caseiro	Kg	700	Maior aceitação + ampliação vespertino
4	Rosca Caseira	Kg	100	Histórico 2025
5	Bolo de fubá formato quadrado, peso de 90g sem cobertura. Ingredientes: fubá de milho, ovos, leite, óleo ou manteiga, açúcar, fermento e Leite condensado. Não pode ser utilizada massa pronta	Kg	200	Cardápio CONUTRI + ampliação
6	Biscoito de queijo caseiro, peso 80 g. Ingredientes: polvilho, leite, óleo, queijo ralado e sal. Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano. Entrega programada de acordo com a necessidade.	Kg	150	Cardápio CONUTRI
7	Bolo de cenoura caseiro sem cobertura, formato quadrado, peso de 80 g. Ingredientes: farinha de trigo, ovos, leite, óleo ou manteiga, açúcar, fermento e cenoura. Não pode ser utilizada massa pronta.	Kg	110	Cardápio CONUTRI
8	Sanduíche natural (pão, alface, tomate, cenoura ralada, frango desfiado). Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano.	Kg	100	Inclusão de nova opção

9	Pão mandi c/ mussarela (50g)	Kg	300	Histórico 2025 + ampliação
10	Pão francês c/ mussarela (50g)	Kg	300	Histórico 2025 + ampliação
11	Salgado assado com frango (90g)	Kg	500	N o v a demanda
12	Salgado assado com carne (90g)	Kg	400	N o v a demanda
	<b>TOTAL GRUPO 1</b>		<b>3.210 Kg</b>	

**Para o Grupo 2**, destinado ao atendimento de eventos institucionais, reuniões administrativas e atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotaram-se as seguintes premissas:

- Base no histórico de eventos realizados em 2025 e projeção para 2026;
- Distribuição do quantitativo entre as quatro áreas demandantes (Administração, Extensão, Pesquisa e Ensino);
- Estimativa de público por evento, conforme série histórica;
- Itens padronizados para atender diferentes perfis de eventos (coffee break, lanches rápidos, atendimento prolongado).

**Histórico de empenho para 2025 do Grupo 2**

Item	GRUPO	Descrição	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
9	GRUPO 4 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E AGUA	Fornecimento de lanche tipo café da manhã, respeitando o seguinte per capita: 120 ml de café, 100 ml de chá puros (sem adoçar); 250 ml de 1 tipo de suco de fruta natural (exceto longa vida), 6 unidades de quitandas ou salgados assados - no caso de bolo o pedaço é de 100g (rosca, pão de queijo, biscoito de queijo. broa, palito de queijo, folhados, enroladinho de queijo, etc); 1 unidade de fruta da época caso seja do tipo individual (maçã, mexerica, banana, mini cachos de uva, etc), devidamente higienizada, (2 tipos de fruta diferente, cada uma com 50% do quantitativo total), podendo ser 80g de fruta picada no caso de optar por mamão, melão, melancia, laranja, etc. Aqui se inclui os seguintes materiais complementares: sachês de adoçante e de açúcar; colheres ou garfos descartáveis para as frutas picadas (se houver), guardanapos de papel, copos descartáveis de 100 ml (considerar extra de copo se houver as frutas picadas), 4 pares de luvas descartáveis para manuseio e bandejas descartáveis laminadas para melhor acondicionamento dos alimentos na apresentação do evento.	1.000	R \$ 19,40	R\$ 19.400,00
10	GRUPO 4 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E AGUA	Fornecimento de lanche tipo café da manhã, respeitando o seguinte per capita: 120 ml de café, 100 ml de chá puros (sem adoçar); 250 ml de 1 tipo de suco de fruta natural (exceto longa vida), 6 unidades de quitandas ou salgados assados - no caso de bolo o pedaço é de 100g (rosca, pão de queijo, biscoito de queijo. broa, palito de queijo, folhados, enroladinho de queijo, etc); 1 unidade de fruta da época caso seja do tipo individual (maçã, mexerica, banana, mini cachos de uva, etc), devidamente higienizada, (2 tipos de fruta diferente, cada uma com 50% do quantitativo total), podendo ser 80g de fruta picada no caso de optar por mamão, melão, melancia, laranja, etc. Aqui se inclui os seguintes materiais complementares: sachês de adoçante e de açúcar; colheres ou garfos descartáveis para as frutas picadas (se houver), guardanapos de papel, copos descartáveis de 100 ml (considerar extra de copo se houver as frutas picadas), 4 pares de luvas descartáveis para manuseio e bandejas descartáveis laminadas para melhor acondicionamento dos alimentos na apresentação do evento. COTA RESERVADA	750	R \$ 19,00	R\$ 14.250,00
11	GRUPO 4 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E AGUA	Fornecimento de lanche tipo lanche da tarde, respeitando o seguinte per capita: 120 ml de café puro (sem adoçar); 150 ml de 1 tipo de suco de fruta natural (exceto longa vida); 150 ml de 2 tipos refrigerante tradicional (30% do quantitativo sendo do tipo zero), totalizando 300 ml; 6 unidades de salgados fritos e assados (bolinha de queijo, risole, coxinha, quibe, enroladinho de queijo, esfiha, mini pizza, etc); 1 unidade de fruta da época caso seja do tipo individual (maçã, mexerica, banana, mini cachos de uva, etc), devidamente higienizada, (2 tipos de fruta diferente, cada uma com 50% do quantitativo total), podendo ser 80g de fruta picada no caso de optar por mamão, melão, melancia, laranja, etc. Aqui se inclui os seguintes materiais complementares: sachês de adoçante e de açúcar; colheres ou garfos descartáveis para as frutas picadas (se houver), guardanapos de papel, copos descartáveis de 100 ml (considerar extra de copo se houver as frutas picadas), 4 pares de luvas descartáveis para manuseio e bandejas descartáveis laminadas para melhor acondicionamento dos alimentos na apresentação do evento.	1.750	R \$ 19,40	R\$ 33.950,00
		Fornecimento de alimentação, almoço ou jantar, em município do estado de Goiás do Campus			



13	GRUPO 4 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E AGUA	requisitante, no sistema de self-service livre (a vontade) com capacidade de até 8 linhas de servir simultâneas, em formato de ilhas por segmento (saladas, acompanhamentos, pratos principais e sobremesa), com estrutura de mesas, cadeiras, toalhas, pratos de porcelana, copos de vidro, talheres de inox, guardanapos, e todo mobiliário completo para execução do serviço, funcionários de reposição e garçons devidamente uniformizados, contendo o seguinte cardápio: 1. Salada variada com no mínimo 3 tipos de vegetais frescos sendo pelo menos 1 folhoso, 2 tipos de vegetais cozidos, opções de frios, cremes, mousses, vinagre, limão, azeite, molhos e temperos a disposição; 2. Prato principal contendo arroz, feijão, farofa ou farinha temperada, 1 tipo de massa com molho, 1 tipo de prato vegetariano, 2 tipos de carne (vermelha e branca) como filé de frango grelhado ou filé de peixe e outros como filé bovino, suíno ou ovino com pelos menos 1 opção de guarnição compostas de vegetais ou derivados destes; 3. Sobremesa: 2 tipos (1 com açúcar e outro sem açúcar), podendo ser gelatina, mousse de maracujá, pudim de leite, doces e sorvete; 4. Bebida: mínimo de 3 opções incluindo água mineral, sucos de frutas naturais e refrigerante normal e light, servidos à vontade e gelados.	500	R \$ 56,00	R\$ 28.000,00
14	GRUPO 4 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E AGUA	Fornecimento de alimentação, almoço ou jantar, em município do estado de Goiás do Campus requisitante, no sistema de self-service livre (a vontade) com capacidade de até 8 linhas de servir simultâneas, em formato de ilhas por segmento (saladas, acompanhamentos, pratos principais e sobremesa), com estrutura de mesas, cadeiras, toalhas, pratos de porcelana, copos de vidro, talheres de inox, guardanapos, e todo mobiliário completo para execução do serviço, funcionários de reposição e garçons devidamente uniformizados, contendo o seguinte cardápio: 1. Salada variada com no mínimo 3 tipos de vegetais frescos sendo pelo menos 1 folhoso, 2 tipos de vegetais cozidos, opções de frios, cremes, mousses, vinagre, limão, azeite, molhos e temperos a disposição; 2. Prato principal contendo arroz, feijão, farofa ou farinha temperada, 1 tipo de massa com molho, 1 tipo de prato vegetariano, 2 tipos de carne (vermelha e branca) como filé de frango grelhado ou filé de peixe e outros como filé bovino, suíno ou ovino com pelos menos 1 opção de guarnição compostas de vegetais ou derivados destes; 3. Sobremesa: 2 tipos (1 com açúcar e outro sem açúcar), podendo ser gelatina, mousse de maracujá, pudim de leite, doces e sorvete; 4. Bebida: mínimo de 3 opções incluindo água mineral, sucos de frutas naturais e refrigerante normal e light, servidos à vontade e gelados COTA RESERVADA.	350	R \$ 56,00	R\$ 19.600,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$115.200,00</b>

Eventos programados para 2026:

Evento	Semestre	Público Estimado
Aniversário do Campus Iporá	1º Semestre	400
Arraiá dos Federais	1º Semestre	1.000
Amostra de Cinema e Direitos Humanos	1º Semestre	500
Dia do Estudante	2º Semestre	600
ELPED	1º Semestre	200
ENATI	1º Semestre	300
Encontro da Administração	2º Semestre	300
Formatura dos Cursos Técnicos	1º Semestre	1.000
Formatura dos Cursos Superiores	1º Semestre	1.000
Integra IF	2º Semestre	1.000
Mostra de Cinema e Direitos Humanos	1º Semestre	200
Semana da Pedagogia	2º Semestre	600
SNCT	2º Semestre	400
Semana da Química	1º Semestre	200
Semana da Agronomia	2º Semestre	200
SAGRO	1º Semestre	150
Selequim	2º Semestre	300
Workshop	2º Semestre	200
<b>TOTAL ESTIMADO DE PARTICIPAÇÕES</b>		<b>8.550</b>

Quantitativos estimados

Item	Descrição	Unidade	ADM	EXTENSÃO	PESQUISA	ENSINO	TOTAL	Metodologia

1	Bolo simples caseiro (fatia 80-100g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
2	Pão de queijo tradicional (40-50g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
3	Biscoito de queijo assado (30-40g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
4	Enroladinho de queijo (90-120g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
5	Enroladinho de salsicha (80-100g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
6	Croissant de chocolate (80-100g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
7	Sanduíche natural (160-180g)	Kg	100	1.000	100	100	1.300	Base eventos 2025
	<b>TOTAL GRUPO 2</b>		<b>700</b>	<b>8.000</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	<b>10.100</b>	

As quantidades estimadas foram definidas com base em critérios objetivos e transparentes, buscando:

- a) Evitar desperdícios – A estimativa considera o consumo real histórico, evitando a contratação de volumes superiores à capacidade de consumo e armazenamento;
- b) Garantir a continuidade do serviço – Os quantitativos asseguram o atendimento ininterrupto durante todo o exercício, inclusive com a ampliação prevista para o período vespertino;
- c) Observar a capacidade orçamentária – Os valores totais estimados (R\$ 186.510,00 para o Grupo 1 e R\$ 345.552,00 para o Grupo 2) estão compatíveis com a previsão de recursos do PNAE e com o orçamento próprio do Campus para 2026;
- d) Atender à diversidade de demandas – A segmentação em dois grupos e a variedade de itens contemplam as diferentes finalidades institucionais, desde o lanche diário dos estudantes até grandes eventos acadêmicos.

As quantidades ora estimadas constituem previsão, podendo ser ajustadas para mais ou para menos, conforme a necessidade real da Administração e a disponibilidade orçamentária, respeitados os limites legais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) confere a flexibilidade necessária para que as demandas sejam atendidas de forma parcelada e sob requisição, compatibilizando o fornecimento com a efetiva necessidade institucional e a capacidade de consumo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 418.805,50

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, adotando-se como fonte primária de pesquisa o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) , por meio da Pesquisa de Preços nº 15/2026, realizada no âmbito do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá.

Para a definição dos valores unitários referenciais, foi utilizada a média aritmética dos preços coletados, conforme metodologia prevista no art. 6º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 65/2021, considerando a homogeneidade, a compatibilidade dos itens pesquisados com o objeto pretendido e a existência de, no mínimo, três preços válidos para cada item.

Complementarmente, foram utilizadas as seguintes fontes auxiliares para validação e consistência:

- a) **Histórico de contratações anteriores** do próprio IF Goiano – Campus Iporá, referente ao exercício de 2025;
- b) **Pesquisa complementar junto a fornecedores locais** do ramo de panificação no município de Iporá/GO e região.

PESQUISA DE PREÇOS 15/2026
----------------------------

Demandas														
Item	Catmat	Descrição	Unidade de Fornecimento	ADM	EXTENSÃO	PESQUISA	ENSINO	Assistência	Qtd Total	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Valor Unitário	Valor total
1	240574	Biscoito de Polvilho tipo peta- Uniformes para unidades normais de produtos de primeira qualidade. Desprovido de matérias terrosas, micro-organismos (fungos, bactérias, vírus e parasitas), fragmentos estranhos e outros danos considerados impróprios para o consumo humano. Embalados em sacos plásticos. Entrega programada de acordo com a necessidade	Kg					150	150	R\$ 27,00	R\$ 26,99	R\$ 33,33	R\$ 29,11	R\$ 4.366,00
2	389186	Biscoito de queijo assado, crocante, produzido com ingredientes próprios para consumo humano, acondicionado em embalagem individual ou porção.	Kg	100	1.000	100	100	150	1.450	R\$ 34,21	R\$ 34,50	R\$ 28,75	R\$ 32,49	R\$ 47.105,67
3	617630	Bolo simples caseiro, sabores variados (cenoura, milho, chocolate, fubá, entre outros), fornecido em fatias individuais, fresco, produzido no dia ou na véspera da entrega.	Kg	100	1.000	100	100	110	1.410	R\$ 38,35	R\$ 42,10	R\$ 39,00	R\$ 39,82	R\$ 56.141,50
4	617630	Bolo de fubá formato quadrado, peso de 90g sem cobertura. Ingredientes: fubá de milho, ovos, leite, óleo	Kg					200	200	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		ou manteiga, açúcar, fermento e Leite condensado. Não pode ser utilizada massa pronta								38,02	38,35	39,00	38,46	7.691,33
5	632173	Enroladinho de massa assada recheada com queijo, produzido com ingredientes de qualidade, fornecido individualmente, fresco.	Kg	100	1.000	100	100	200	1.500	R\$ 34,40	R\$ 40,00	R\$ 42,00	R\$ 38,80	R\$ 58.200,00
6	460497	Pão de queijo tradicional tamanho médio, assado, macio internamente e levemente crocante externamente, produzido com polvilho e queijo, próprio para consumo.	Kg	100	1.000	100	100	700	2.000	R\$ 32,00	R\$ 32,00	R\$ 28,99	R\$ 31,00	R\$ 61.993,33
7	460380	Pão francês c/ mussarela (50g)	Kg					300	300	R\$ 30,20	R\$ 29,99	R\$ 30,00	R\$ 30,06	R\$ 9.019,00
8	620868	Pão mandi c/ mussarela (50g)	Kg					300	300	R\$ 40,0000	R\$ 25,5000	R\$ 25,3700	R\$ 30,29	R\$ 9.087,00
9	617795	Rosca Caseira	Kg					100	100	R\$ 41,5000	R\$ 28,8500	R\$ 20,1000	R\$ 30,15	R\$ 3.015,00
11	460396	Croissant de massa folhada, recheado com chocolate, assado, fresco, fornecido individualmente, com textura macia e sabor característico.	Kg	100	1.000	100	100		1.300	R\$ 42,7800	R\$ 35,9900	R\$ 43,6300	R\$ 40,80	R\$ 53.040,00
12	627120	Sanduíche natural preparado com pão, queijo, patê de frango, cenoura ralada, alface, tomate e requeijão cremoso, acondicionado em embalagem individual, mantido sob refrigeração.	Kg	100	1.000	100	100	100	1.400	R\$ 46,9000	R\$ 43,8800	R\$ 35,0200	R\$ 41,93	R\$ 58.706,67
13	632173	Enroladinho de massa assada recheada com salsicha, produzido com ingredientes	Kg	100	1.000	100	100		1.300	R\$ 34,4000	R\$ 40,0000	R\$ 42,0000	R\$ 38,80	R\$ 50.440,00

		próprios para consumo, fornecido individualmente.												
14	476821	Salgado assado com frango, peso de 90 g.	Kg					500	500	R\$ 68,9800	R\$ 46,0000	R\$ 43,9800	R\$ 52,99	R\$ 26.493,33
15	476821	Salgado assado com carne, peso de 90 g.	Kg					400	400	R\$ 43,47	R\$ 48,71	R\$ 48,83	R\$ 47,00	R\$ 18.801,33
Total													R\$ 418.805,50	

**\*Arredondamento:** Considerando a consistência dos valores e a adequação ao limite orçamentário previsto, adota-se o valor global de **R\$ 418.805,50 (quatrocentos e dezoito mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos)**, conforme planilha consolidada da Pesquisa de Preços nº 15/2026.\*

### Detalhamento da Pesquisa de Preços nº 15/2026 – SIASG

A Pesquisa de Preços nº 15/2026 foi realizada no módulo Pesquisa de Preços) do SIASG, contemplando contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal no período de até 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa.

#### Parâmetros da pesquisa:

- **Período de referência:** 2025-2026
- **Órgãos consultados:** IF Goiano, IF Goiás, IF Brasília, UFU, UFJ, entre outros
- **Número mínimo de preços por item:** 03 (três)
- **Tratamento estatístico:** Média aritmética simples
- **Data da pesquisa:** 10 de fevereiro de 2026

O valor total estimado da contratação, no montante de **R\$ 418.805,50 (quatrocentos e dezoito mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos)**, , está compatível com a previsão de recursos orçamentários para o exercício de 2026, assim distribuídos:

#### a) Grupo 1 – Assistência Estudantil:

- 30% do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinado à aquisição de panificados;
- Complementação com recursos próprios do Campus Iporá;

#### b) Grupo 2 – Extensão/Ensino/Pesquisa/Administração:

- Dotação orçamentária própria do Campus Iporá para custeio;
- Recursos de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Programa de apoio institucional a eventos acadêmicos e administrativos.

Declaramos que a estimativa de valor da presente contratação é compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA) do IF Goiano – Campus Iporá para o exercício de 2026, está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e conta com a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, o valor total estimado para a contratação é de **R\$ 435.936,28 (quatrocentos e trinta e cinco mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos)**, montante obtido por meio da **média aritmética dos preços coletados na Pesquisa SIASG nº 15/2026**, devidamente documentada e juntada aos autos do processo administrativo.

O valor reflete a realidade do mercado institucional de panificação, assegura a vantajosidade e a economicidade para a Administração Pública Federal e atende aos parâmetros estabelecidos na IN SEGES/ME nº 65/2021 e na Lei nº 14.133/2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, procedeu-se à análise acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto da presente contratação.

A Súmula TCU nº 247 estabelece que "é obrigatória a admissão do parcelamento do objeto nas licitações quando técnica e economicamente viável, devendo ser observadas, no julgamento das propostas, as vantagens técnica e econômicas decorrentes do fracionamento, não podendo haver perda de economia de escala".

Considerando tal orientação, avaliaram-se duas possibilidades:

- a) **Parcelamento total** – adjudicação por item isolado, com múltiplos fornecedores;
- b) **Agrupamento** – adjudicação por grupo de itens, com fornecimento concentrado.

O parcelamento da solução mostra-se inviável sob o aspecto técnico, considerando as seguintes razões:

Os produtos de panificação caracterizam-se como gêneros alimentícios perecíveis, cujo fornecimento ocorrerá de forma parcelada, contínua e sob demanda, com previsão de entregas diárias em múltiplos turnos (matutino, vespertino e noturno).

A contratação de empresas distintas para a entrega de produtos afins, com a mesma periodicidade e no mesmo local, implicaria:

- Multiplicidade de fornecedores realizando entregas no mesmo espaço físico e nos mesmos horários;
- Dificuldades operacionais para recebimento, conferência e armazenamento simultâneos;
- Aumento do fluxo de pessoas e veículos nas dependências do Campus;
- Maior risco de desabastecimento por falha pontual de qualquer dos contratados;
- Complexidade na gestão de múltiplos contratos, ordens de fornecimento e faturas.

O lanche escolar é ofertado diariamente aos estudantes de forma integrada e simultânea. A fragmentação do fornecimento entre diversos fornecedores comprometeria a uniformidade do serviço, a padronização da qualidade e a tempestividade das entregas, podendo resultar em desabastecimento parcial e prejuízo ao direito à alimentação dos discentes.

O parcelamento da solução mostra-se inviável sob o aspecto econômico, considerando:

A aquisição conjunta dos itens em grupo único permite:

- Concentração das entregas em um único frete, otimizando custos logísticos;
- Negociação de preços mais vantajosos em função do volume global contratado;
- Diluição de custos fixos do fornecedor (administração, tributação, logística) em uma base maior de itens.

O parcelamento tenderia a elevar os custos globais da contratação, uma vez que cada fornecedor incorreria separadamente em despesas fixas e logísticas, repassando tais custos aos preços unitários, em prejuízo à economicidade.

A gestão de múltiplos contratos demandaria:

- Maior número de servidores envolvidos no recebimento e fiscalização;
- Multiplicação de processos de pagamento e emissão de notas fiscais;
- Aumento do tempo e dos recursos empregados na gestão contratual.

Tal cenário contraria os princípios da eficiência e da racionalização administrativa.

Diante da inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, optou-se pela adjudicação por grupo de itens, estruturada em dois grupos distintos, conforme a finalidade e o público destinatário:

Grupo	Finalidade	Itens
Grupo 1	Assistência Estudantil (lanche diário)	Produtos de panificação para alimentação escolar
Grupo 2	Extensão/Ensino/Pesquisa/Administração	Produtos de panificação para eventos e reuniões

A formação de grupos apresenta as seguintes vantagens técnicas e econômicas:

- a) Preservação da economia de escala – O volume global por grupo viabiliza preços mais competitivos;
- b) Racionalização logística – Entregas concentradas em um único fornecedor por grupo, otimizando frete e prazos;
- c) Uniformidade e padronização – Garantia de qualidade e regularidade no fornecimento;
- d) Simplificação da gestão contratual – Redução do número de contratos e fornecedores a serem geridos;
- e) Competitividade – A segmentação em dois grupos, em vez de um único grupo geral, amplia a participação de fornecedores de diferentes portes, inclusive da agricultura familiar e microempresas locais, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006.

A presente modelagem está em total conformidade com a Súmula TCU nº 247, uma vez que:

- Foi avaliada a viabilidade do parcelamento e demonstrada sua inviabilidade técnica e econômica;
- Não há perda de economia de escala, sendo esta, ao contrário, preservada e otimizada pelo agrupamento;
- A competitividade não é prejudicada, pois a divisão em dois grupos distintos permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento;
- A solução adotada é a mais vantajosa para a Administração, considerando custo, qualidade, eficiência e gestão.

Para evitar a prática conhecida como "jogo de planilhas" (apresentação de preços globais atrativos com preços unitários superestimados em alguns itens e subestimados em outros), serão adotadas as seguintes medidas:

- a) Estabelecimento de preços máximos unitários para todos os itens no Termo de Referência, com base na média aritmética da Pesquisa de Preços SIASG nº 15/2026;
- b) Exigência de que todos os preços unitários do grupo estejam iguais ou inferiores aos preços máximos estabelecidos;
- c) Desclassificação da proposta que apresentar qualquer item com preço unitário superior ao estimado, ainda que o valor global do grupo seja o menor;
- d) Aplicação do disposto no art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, que veda a negociação de preços unitários superiores aos máximos aceitos.

Diante do exposto, conclui-se que:

- a) O parcelamento integral da solução é inviável técnica e economicamente, acarretando perda de economia de escala, elevação de custos e prejuízos à execução e à gestão contratual;
- b) A adjudicação por grupo de itens (dois grupos) é a solução mais adequada, vantajosa e eficiente, preservando a competitividade, a economicidade e a qualidade do fornecimento;
- c) A modelagem adotada não contraria a Súmula TCU nº 247, estando devidamente justificada nos autos;
- d) As medidas de mitigação do "jogo de planilhas" garantem a integridade das propostas e a vantajosidade da contratação.

Dessa forma, o modelo de contratação estruturado em dois grupos distintos, com adjudicação pelo menor preço por grupo, atende plenamente ao interesse público, aos princípios da economicidade e eficiência e às disposições legais e normativas aplicáveis.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em atendimento ao art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procede-se à análise acerca da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes em relação ao objeto pretendido – aquisição de produtos de panificação para o Instituto Federal Goiano – Campus Iporá.

Consideram-se contratações correlatas aquelas que, embora autônomas, guardam relação de afinidade, complementaridade ou similaridade com o objeto principal. Já as contratações interdependentes caracterizam-se pela relação de dependência funcional ou operacional, em que a execução de um contrato condiciona ou é condicionada pela execução de outro. A partir do levantamento realizado junto ao Setor de Licitações e Contratos do Campus Iporá, foram identificadas as seguintes contratações correlatas, vigentes ou previstas, que guardam relação com o objeto da presente aquisição.

### Contratação de serviços de buffet e coffee break

O Campus Iporá realiza contratações eventuais para serviços de buffet e coffee break, destinados a eventos institucionais, reuniões administrativas, solenidades de formatura e demais atividades acadêmicas. Tais contratações, via de regra, contemplam:

- Fornecimento de quitandas, salgados assados e fritos, bolos e biscoitos;
- Disponibilização de bebidas (café, sucos, refrigerantes);

- Estrutura de apoio (copos, pratos, guardanapos, bandejas);
- Serviço de montagem e, eventualmente, de garçom/atendimento.

Relação com o presente objeto: Há sobreposição parcial de itens, especialmente no que se refere aos produtos de panificação (pão de queijo, enroladinhos, biscoitos, bolos). Contudo, as contratações de buffet envolvem também o serviço de montagem, atendimento e, não raro, locação de estruturas, o que as distingue do objeto ora licitado, que se limita à aquisição de gêneros alimentícios já preparados, prontos para o consumo, sem qualquer serviço agregado de montagem ou atendimento.

Tratamento adotado: Para evitar duplicidade de despesas e sobreposição de objetos, a presente contratação não contemplará itens ou serviços próprios de buffet (bebidas, copos, pratos, guardanapos, serviços de montagem/atendimento), restringindo-se estritamente aos produtos de panificação listados no Termo de Referência. As demandas que exigirem serviço completo de buffet deverão ser atendidas por contratações específicas, com objeto e natureza distintos.

### **Contratação de serviços de alimentação escolar (PNAE)**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é executado no IF Goiano – Campus Iporá por meio de aquisições de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos estudantes da educação básica. Tais aquisições incluem, além de panificados, outros gêneros como:

- Frutas, verduras e legumes (gêneros hortifrutigranjeiros);
- Carnes, aves e pescados;
- Leite e derivados;
- Cereais, grãos e massas;
- Produtos da agricultura familiar (LC nº 123/2006 e Lei nº 11.947/2009).

Relação com o presente objeto: A presente contratação complementa e especifica o fornecimento de panificados no âmbito do PNAE, que até o exercício de 2025 era contratado de forma conjunta com outros gêneros ou por meio de contratos específicos de menor vulto. A segregação dos panificados em contratação própria justifica-se:

- a) Pela natureza perecível e necessidade de entregas diárias e fracionadas;
- b) Pela especificidade do mercado fornecedor (panificadoras e confeitarias locais);
- c) Pela racionalização logística e ganhos de escala;
- d) Pela ampliação da competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados.

Tratamento adotado: A presente contratação não substitui as demais aquisições do PNAE, mas complementa-as, atuando como contratação específica e especializada para o segmento de panificados. As demais categorias de gêneros alimentícios continuarão sendo adquiridas por meio de processos licitatórios próprios ou chamadas públicas da agricultura familiar.

### **Contratação de serviços de lanches para eventos de extensão**

O Campus Iporá realiza, por meio da Coordenação de Extensão, diversos eventos acadêmicos e culturais ao longo do ano letivo (SNCT, SAGRO, Selequim, Semanas Acadêmicas, Formaturas, entre outros). Para tais eventos, são comuns contratações emergenciais ou dispensas de licitação para fornecimento de lanches e refeições.

Relação com o presente objeto: A presente contratação, no âmbito do Grupo 2, absorverá parte significativa dessas demandas eventuais, substituindo as contratações emergenciais por um fornecimento regular, planejado e com registro de preços. Tal medida:

- a) Racionaliza os procedimentos licitatórios, evitando múltiplas dispensas e contratações diretas;
- b) Confere economicidade, considerando a vantajosidade dos preços registrados em face de contratações emergenciais;
- c) Garante tempestividade, com entregas em até 24 horas mediante solicitação formal;
- d) Assegura conformidade sanitária, com fornecedor previamente habilitado e fiscalizado.

Tratamento adotado: A presente contratação substituirá, para os itens nela previstos, as contratações emergenciais anteriormente realizadas. Recomenda-se, contudo, a manutenção de dotação orçamentária para eventuais demandas não contempladas no cardápio ou para situações excepcionais que exijam fornecedor diverso.

Após análise dos processos de contratação em andamento e da estrutura operacional do Campus Iporá, não foram identificadas contratações interdependentes em relação ao presente objeto.

A aquisição de produtos de panificação:

- Não depende de qualquer outra contratação prévia, concomitante ou superveniente para sua execução;
- Não condiciona a execução de outros contratos;



- Pode ser executada de forma autônoma e independente, com recursos humanos e materiais já disponíveis no Campus (servidores designados para recebimento, espaço físico para guarda e distribuição).

Embora não se caracterize como interdependência contratual, registra-se que o Campus Iporá dispõe de contrato de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de refrigeração (câmaras frias, refrigeradores, freezers), que poderá ser acionado em caso de necessidade de armazenamento temporário de produtos perecíveis.

Tal relação, contudo, é de suporte operacional e não de interdependência jurídica ou funcional, uma vez que:

- Os produtos de panificação são, em sua maioria, entregues prontos para consumo imediato, sem necessidade de armazenamento prolongado;
- O contrato de manutenção de refrigeração já existe e é executado independentemente desta contratação;
- Eventual inexecução do contrato de manutenção não impede o fornecimento dos panificados, podendo ser adotadas soluções alternativas (aquisição de gelo, utilização de equipamentos substitutos, entrega fracionada em menor intervalo).

A presente contratação está prevista e alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do IF Goiano – Campus Iporá para o exercício de 2026, sob o número de Projeto de Contratação 158124-20/2026.

Não há sobreposição de objetos com outros processos previstos no PCA, tendo sido promovida a devida segregação de objetos para garantir:

- Especialização dos fornecedores;
- Competitividade por segmento de mercado;
- Racionalização logística;
- Transparência e rastreabilidade dos gastos por categoria de produto.

Conclui-se que:

- Existem contratações correlatas no âmbito do IF Goiano – Campus Iporá (buffet/coffee break, PNAE, eventos de extensão), com as quais a presente contratação mantém relação de complementaridade e especialização, não havendo sobreposição ou duplicidade de objetos;
- Não há contratações interdependentes que condicionem ou sejam condicionadas pela execução da presente aquisição, assegurando a autonomia e a viabilidade isolada da aquisição;
- A presente contratação está integrada ao Plano de Contratações Anual e em consonância com as demais aquisições de gêneros alimentícios realizadas pelo Campus;
- A segregação dos panificados em contratação própria revela-se técnica e economicamente vantajosa, conferindo especialização, competitividade e eficiência à gestão das contratações públicas no âmbito do IF Goiano – Campus Iporá.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em atendimento ao art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, procede-se à análise do alinhamento da presente contratação com o planejamento estratégico, tático e operacional do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá e da Reitoria do IF Goiano.

O alinhamento prévio das contratações públicas ao planejamento institucional constitui pressuposto essencial para a legitimidade, eficiência e efetividade do gasto público, assegurando que as aquisições e contratações realizadas pela Administração estejam efetivamente vinculadas às metas, objetivos e programas previamente estabelecidos nos instrumentos de planejamento.

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do Instituto Federal Goiano para o exercício de 2026, conforme registro formal no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), mantido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Identificador	Dados
Nº do Projeto/Contratação no PGC	158124-20/2026
Unidade Responsável	IF Goiano – Campus Iporá
Objeto da Contratação	Aquisição de produtos de panificação
Categoria	Gêneros Alimentícios
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Exercício de Referência	2026
Situação	Projeto aprovado e inserido no PAC 2026

A inserção da presente demanda no PAC 2026 foi precedida da devida análise de viabilidade e adequação orçamentária, bem como da consolidação das necessidades das áreas demandantes (Assistência Estudantil, Extensão, Ensino, Pesquisa e Administração), em conformidade com o art. 12 da IN SEGES /ME nº 58/2022.

A presente contratação está alinhada ao Plano Logístico Sustentável do IF Goiano, especificamente no que se refere ao Objetivo Temático 1 (OT1) – Promover ações de impacto social nos processos licitatórios.

**OT1 – Promover ações de impacto social nos processos licitatórios**

Diretriz do PLS	Ação Correspondente na Contratação
Inserir cláusulas sociais nos editais	Será exigida a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, bem como observância às normas de segurança alimentar e boas práticas de fabricação.
Favorecer a participação de micro e pequenas empresas locais	A adoção do SRP com julgamento por grupo e a estimativa de quantidades compatível com a capacidade de fornecedores locais ampliam a participação de panificadoras, confeitarias e microempreendedores individuais (MEI) do município de Iporá e região, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006.
Promover a segurança alimentar e nutricional	O cardápio foi elaborado pela Comissão Institucional de Alimentação e Nutrição (CONUTRI/IF Goiano), assegurando a oferta de alimentos adequados, saudáveis e culturalmente referenciados.
Reduzir desperdícios e promover consumo consciente	O fornecimento parcelado e sob demanda evita a aquisição de volumes superiores à capacidade de consumo e armazenamento, reduzindo perdas e desperdícios.

Embora o foco principal seja o OT1, a contratação contribui indiretamente para outros objetivos do PLS/IF Goiano:

Objetivo Temático	Contribuição Indireta
OT2 – Promover ações de impacto ambiental	A exigência de entregas em vasilhames de plástico higienizados e embalagens de papel para distribuição individual reduz o uso de descartáveis e incentiva práticas de logística reversa.
OT4 – Promover a gestão adequada de resíduos	O fracionamento das entregas conforme a demanda evita o vencimento de prazos de validade e a geração de resíduos orgânicos.

A contratação está em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Campus Iporá, que estabelece como diretrizes prioritárias:

- a) Ampliação das políticas de assistência estudantil – O Grupo 1 (lanche escolar) materializa o direito à alimentação como política pública de permanência e êxito;
- b) Fortalecimento da extensão tecnológica e da integração com a comunidade – O Grupo 2 (eventos) viabiliza a realização de atividades extensionistas de médio e grande porte, com participação ativa da comunidade externa;
- c) Modernização da gestão pública e governança das contratações – A utilização do PGC, a elaboração de ETP, a pesquisa de preços no SIASG e a adoção do SRP demonstram a maturidade da gestão de contratações do Campus.

Diante do exposto, DECLARA-SE que a presente contratação:

- a) Está devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do IF Goiano para 2026, sob o nº 158124-20/2026, com registro formal no Sistema PGC do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- b) Está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 do IF Goiano, contribuindo para os objetivos estratégicos de permanência e êxito, fortalecimento da extensão e modernização da gestão;
- c) Está em conformidade com o Plano Logístico Sustentável (PLS) do IF Goiano, especialmente no OT1 – Promover ações de impacto social nos processos licitatórios, promovendo a participação de fornecedores locais e a segurança alimentar;
- d) Contribui para o alcance das metas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- e) Atende, portanto, ao princípio do planejamento insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, constituindo-se como contratação legítima, oportuna, vantajosa e alinhada às diretrizes estratégicas, táticas e operacionais do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá e da Reitoria do IF Goiano.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação, materializada na aquisição de produtos de panificação para o Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, não se limita a um simples processo de compra pública. Trata-se de instrumento de política pública que impacta diretamente a comunidade acadêmica, a gestão institucional, a economia local e o desenvolvimento social e regional.

Os benefícios alcançados com a contratação são estruturados nas dimensões acadêmico-social, operacional-logística, econômico-orçamentária, ambiental-sustentável e institucional-legal, conforme detalhamento a seguir.

A oferta regular de lanche escolar aos estudantes da educação básica concretiza o direito social à alimentação, previsto no art. 6º da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 (PNAE). A presente contratação assegura:

- Atendimento diário a 350 estudantes no período matutino, com previsão de ampliação para o período vespertino em 2026;
- Oferta de alimentos adequados, saudáveis e culturalmente referenciados, conforme cardápio elaborado pela Comissão Institucional de Alimentação e Nutrição do IF Goiano (CONUTRI);
- Cumprimento das normas sanitárias e de boas práticas de fabricação, com fornecimento por estabelecimentos regularizados e fiscalizados pela Vigilância Sanitária.

A vulnerabilidade socioeconômica é uma das principais causas da evasão escolar na educação profissional e tecnológica. A oferta de alimentação gratuita e de qualidade atua como fator protetivo, contribuindo para:

- Redução dos índices de abandono e reprovação;
- Aumento da frequência escolar e da participação nas atividades curriculares;
- Melhoria do desempenho acadêmico, uma vez que a alimentação adequada impacta diretamente a capacidade de concentração, aprendizado e desenvolvimento cognitivo;
- Formação integral do estudante, para além dos aspectos cognitivos, abrangendo o bem-estar físico, emocional e social.

A disponibilidade de lanches para eventos de extensão, ensino, pesquisa e administração (Grupo 2) democratiza o acesso dos estudantes a atividades formativas complementares, tais como:

- Semanas acadêmicas e científicas;
- Mostras culturais e tecnológicas;
- Congressos, seminários e workshops;
- Formaturas e solenidades institucionais;
- Ações de extensão junto à comunidade externa.

A ausência de alimentação adequada frequentemente exclui estudantes em situação de vulnerabilidade da participação em eventos de período integral ou com permanência prolongada. A presente contratação elimina essa barreira de acesso, promovendo equidade e inclusão.

A oferta regular de lanches em reuniões administrativas e atividades de ensino e pesquisa valoriza os servidores (docentes, técnicos administrativos, colaboradores) e fortalece o sentimento de pertencimento à instituição, contribuindo para:

- Melhoria do clima organizacional;
- Aumento da produtividade e do engajamento;
- Reconhecimento do cuidado institucional com o bem-estar de toda a comunidade acadêmica.

A modelagem da contratação, estruturada com fornecimento parcelado e sob demanda e prazo de entrega de até 24 horas, assegura:

- Agilidade no atendimento às necessidades variáveis e imprevisíveis da instituição;
- Redução de estoques e, consequentemente, de perdas por vencimento ou deterioração;
- Flexibilidade para ajustes de quantitativos conforme a demanda real, evitando desperdícios.

A adjudicação por grupo de itens (dois grupos) e a concentração do fornecimento em um único contratado por grupo proporcionam:

- Simplificação dos processos de fiscalização e recebimento;

- Redução do número de contratos e fornecedores a serem geridos;
- Uniformidade e padronização da qualidade dos produtos entregues;
- Facilidade na comunicação e na resolução de eventuais intercorrências.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) confere à Administração:

- Segurança no abastecimento durante todo o exercício;
- Previsibilidade orçamentária, com valores registrados e quantitativos estimados;
- Instrumento ágil para atendimento de demandas emergenciais e programadas.

A pesquisa de preços realizada no SIASG (Pesquisa nº 15/2026) , com tratamento por média aritmética, assegura:

- Preços referenciais compatíveis com a realidade do mercado institucional;
- Competitividade e ampla participação de fornecedores;
- Contratação pelo menor preço, com observância dos preços máximos unitários.

O agrupamento dos itens em dois lotes e a concentração do fornecimento proporcionam:

- Redução de custos logísticos (frete único, entregas consolidadas);
- Diluição de custos fixos do fornecedor, refletida em preços unitários mais baixos;
- Otimização do gasto público, com aquisição do volume adequado às reais necessidades.

A contratação está:

- Prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) 2026 (nº 158124-20/2026);
- Compatível com a dotação orçamentária do PNAE e com os recursos próprios do Campus;
- Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as diretrizes orçamentárias vigentes.

O fornecimento parcelado e sob demanda, associado à estimativa de quantidades baseada em histórico de consumo, evita a aquisição de volumes superiores à capacidade de consumo, reduzindo:

- Perdas por vencimento de prazo de validade;
- Desperdício de gêneros alimentícios;
- Geração de resíduos orgânicos.

A exigência de:

- Vasilhames de plástico higienizados para transporte, passíveis de reutilização;
- Embalagens de papel para distribuição individual, material renovável e de menor impacto ambiental;

alinha a contratação às práticas de consumo responsável e à logística reversa, contribuindo para a redução do uso de plásticos descartáveis.

A contratação contribui diretamente para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) :

ODS	Contribuição
<b>ODS 2 – Fome Zero</b>	Garantia de alimentação adequada e saudável a estudantes em situação de vulnerabilidade
<b>ODS 4 – Educação de Qualidade</b>	Permanência e êxito escolar, redução da evasão
<b>ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis</b>	Redução de desperdícios, uso racional de recursos
<b>ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação</b>	Fortalecimento de parcerias com fornecedores locais

A presente contratação foi instruída com observância integral aos instrumentos de governança previstos na Lei nº 14.133/2021:

- Estudo Técnico Preliminar, com análise de necessidade, mercado, requisitos, estimativas e alinhamento estratégico;

- Pesquisa de Preços no SIASG, com metodologia transparente e fundamentada;
- Gestão de Riscos, com identificação e mitigação de eventos que possam comprometer a contratação;
- Planejamento Anual, com inserção no PAC/PGC.

A opção pelo mercado local de panificação e a modelagem que viabiliza a participação de microempresas e pequenas empresas (LC nº 123/2006) promovem:

- Geração de emprego e renda no município de Iporá e região;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Desenvolvimento econômico regional, em consonância com a função social dos Institutos Federais.

A oferta regular e de qualidade de alimentação escolar fortalece a imagem institucional do IF Goiano – Campus Iporá perante:

- A comunidade acadêmica (estudantes, servidores, familiares);
- A sociedade civil e os órgãos de controle;
- Os parceiros institucionais e a comunidade externa.

A transparência do processo licitatório, com ampla divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico da Instituição, reforça o compromisso do Campus com a ética, a legalidade e o interesse público.

A presente contratação transcende a mera aquisição de bens de consumo, configurando-se como instrumento de implementação de políticas públicas educacionais, sociais e de desenvolvimento regional.

Os benefícios a serem alcançados são multidimensionais e interdependentes, impactando positivamente:

- A comunidade acadêmica, com a garantia do direito à alimentação e a promoção da permanência e êxito dos estudantes;
- A gestão institucional, com a racionalização de recursos, a eficiência operacional e a conformidade legal;
- A sociedade e a economia local, com o fomento ao desenvolvimento regional e à participação de pequenos negócios;
- O meio ambiente, com a adoção de práticas sustentáveis e a redução de desperdícios;
- O cumprimento da Agenda 2030, com contribuição efetiva aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, a contratação revela-se oportuna, vantajosa e alinhada ao interesse público, aos objetivos institucionais e às diretrizes legais e estratégicas que regem a Administração Pública Federal.

## 13. Providências a serem Adotadas

Declaramos, para os devidos fins, que as providências de responsabilidade da Equipe de Planejamento e do Setor de Licitações encontram-se em estágio avançado de execução, restando pendentes, majoritariamente, aquelas que dependem de atos formais da autoridade competente e da análise jurídica, as quais serão tempestivamente adotadas no curso do processo.

As providências já concluídas incluem:

- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (versão preliminar);
- Pesquisa de Preços no SIASG (Pesquisa nº 15/2026);
- Definição da metodologia de preços (média aritmética);
- Consolidação dos quantitativos estimados;
- Inserção da demanda no PAC/PGC 2026 (nº 158124-20/2026);
- Definição da estratégia de parcelamento e adjudicação por grupo;
- Alinhamento preliminar com as áreas demandantes.

Diante do exposto, as providências necessárias à viabilização da presente contratação estão devidamente mapeadas, atribuídas e temporalmente dimensionadas, assegurando que:

- a) A fase interna da licitação seja concluída com observância às exigências legais e normativas;
- b) Os atos administrativos sejam praticados de forma sequencial, tempestiva e articulada entre os setores envolvidos;
- c) A contratada e a Administração iniciem a execução do objeto com plena ciência das obrigações, fluxos e padrões de qualidade;
- d) A contratação alcance os benefícios pretendidos com eficiência, economicidade e efetividade social.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Em atendimento ao art. 18, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e à Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), procede-se à análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição de produtos de panificação, bem como à definição das medidas de mitigação, compensação ou eliminação desses impactos.

A presente análise considera todo o ciclo de vida do objeto, desde a produção, passando pelo transporte, armazenamento, distribuição, consumo e destinação final dos resíduos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação da Administração Pública Federal.

### IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS POR ETAPA DO CICLO DE VIDA

#### Etapa de Produção e Manipulação dos Alimentos

Impacto Ambiental	Descrição	Fase de Ocorrência	Responsabilidade
Consumo de recursos naturais	Utilização de água, energia elétrica, combustíveis fósseis e insumos agrícolas (farinha, ovos, leite, queijo, etc.) na fabricação dos panificados	Produção	Contratada (fornecedor)
Geração de efluentes líquidos	Descarte de águas residuais do processo produtivo (lavagem de equipamentos, utensílios e instalações)	Produção	Contratada
Emissões atmosféricas	Gases e material particulado decorrentes da queima de combustíveis em fornos e caldeiras	Produção	Contratada
Geração de resíduos sólidos orgânicos	Sobras de massa, aparas, produtos fora de especificação	Produção	Contratada
Geração de resíduos sólidos recicláveis	Embalagens primárias (plásticos, papelão) utilizadas na fase produtiva	Produção	Contratada

#### Etapa de Transporte e Logística

Impacto Ambiental	Descrição	Fase de Ocorrência	Responsabilidade
Emissão de gases de efeito estufa (GEE)	CO, CH, NO provenientes da queima de combustíveis fósseis nos veículos de entrega	Transporte	Contratada
Poluição sonora	Ruído gerado pelos veículos de entrega, especialmente em horários noturnos	Transporte	Contratada
Geração de resíduos de embalagens secundárias	Caixas de papelão, plástico filme, paletes, utilizados no acondicionamento para transporte	Transporte	Contratada / Administração
Derramamento ou contaminação acidental	Risco de acidentes no transporte que possam comprometer a qualidade e segurança dos alimentos	Transporte	Contratada

#### Etapa de Armazenamento e Estocagem

Impacto Ambiental	Descrição	Fase de Ocorrência	Responsabilidade
Consumo de energia elétrica	Utilização de equipamentos de refrigeração para conservação de produtos perecíveis	Armazenamento	Administração
Geração de resíduos por			

<b>vencimento</b>	Produtos não consumidos dentro do prazo de validade	Armazenamento	Administração
<b>Geração de resíduos de embalagens</b>	Vasilhames, caixas e invólucros retirados no recebimento	Armazenamento	Administração

Etapa de Consumo e Distribuição

Impacto Ambiental	Descrição	Fase de Ocorrência	Responsabilidade
<b>Geração de resíduos de embalagens individuais</b>	Embalagens de papel, plástico ou isopor utilizadas na distribuição dos lanches	Consumo	Administração / Usuários
<b>Geração de resíduos orgânicos</b>	Sobras de alimentos não consumidos, cascas, restos	Consumo	Administração / Usuários
<b>Geração de resíduos de utensílios descartáveis</b>	Guardanapos, copos, talheres (quando aplicável)	Consumo	Administração / Usuários
<b>Consumo de água e energia</b>	Higienização de vasilhames reutilizáveis e do espaço físico	Pós-consumo	Administração

Etapa de Destinação Final dos Resíduos

Impacto Ambiental	Descrição	Fase de Ocorrência	Responsabilidade
<b>Disposição inadequada em aterros</b>	Resíduos orgânicos e recicláveis enviados a aterros sanitários sem tratamento ou segregação	Destinação final	Administração / Concessionária
<b>Emissão de metano (CH)</b>	Decomposição anaeróbica de resíduos orgânicos em aterros	Destinação final	Administração / Concessionária
<b>Contaminação do solo e lençol freático</b>	Chorume proveniente da decomposição de resíduos orgânicos	Destinação final	Administração / Concessionária

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO, ELIMINAÇÃO OU COMPENSAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Exigências contratuais e critérios de sustentabilidade na seleção do fornecedor

Impacto	Medida	Responsável	Prazo /Periodicidade
Impactos diversos da etapa produtiva	Exigência de regularidade ambiental do fornecedor (Licença Ambiental ou dispensa, quando exigível)	Setor de Licitações / Contratada	Habilitação
Impactos diversos da etapa produtiva	Exigência de Alvará Sanitário e comprovação de boas práticas de fabricação	Setor de Licitações / Contratada	Habilitação
Consumo de recursos naturais	Preferência, em caso de empate, por fornecedores que adotem práticas de produção sustentável (critério de desempate)	Pregoeira	Julgamento
Geração de resíduos de embalagens	Exigência de otimização das embalagens para transporte, com redução de volume e peso	Setor de Licitações / Contratada	Especificação técnica
Impactos do transporte	Exigência de planejamento de rotas e otimização de entregas para redução de emissões	Contratada	Execução contratual

Especificações técnicas sustentáveis no Termo de Referência

Impacto	Medida	Responsável	Prazo /Periodicidade
Geração de resíduos de embalagens individuais	Obrigatoriedade de embalagens de papel para distribuição individual dos lanches aos discentes (material renovável, biodegradável e reciclável)	Setor de Licitações / Contratada	Especificação técnica / Execução
Geração de resíduos de embalagens de transporte	Exigência de vasilhames de plástico higienizados e reutilizáveis para transporte, vedado o uso de embalagens descartáveis para essa finalidade	Setor de Licitações / Contratada	Especificação técnica / Execução
Geração de resíduos recicláveis	Padronização de embalagens que facilitem a segregação e a reciclagem	Setor de Licitações / Contratada	Especificação técnica

Consumo de energia	Não se aplica (objeto é produto, não equipamento)	-	-
--------------------	---	---	---

#### Medidas de responsabilidade da Administração (Campus Iporá)

Impacto	Medida	Responsável	Prazo/Periodicidade
Geração de resíduos orgânicos e recicláveis	Implantação da Coleta Seletiva Solidária, com segregação na fonte e destinação adequada dos resíduos recicláveis às cooperativas de catadores	Administração	Contínuo
Geração de resíduos orgânicos	Destinação de resíduos orgânicos para compostagem (interna ou por parceria com cooperativas/agricultura urbana)	Assistência Estudantil	Até 90 dias após início da execução
Desperdício de alimentos	Planejamento adequado das quantidades solicitadas, com base em histórico e estimativa realista de público	Áreas demandantes	A cada requisição
Desperdício de alimentos	Campanha de conscientização junto aos estudantes e servidores sobre consumo consciente e combate ao desperdício	Assessoria de Comunicação / Assistência Estudantil	Contínuo (início: 30 dias antes da execução)
Resíduos de embalagens de papel	Orientação aos usuários para descarte correto no fluxo da coleta seletiva	Setor de Sustentabilidade / Comunicação	Contínuo
Vasilhames reutilizáveis	Logística reversa: devolução dos vasilhames de plástico à contratada para reutilização	Fiscal do Contrato / Almoxarifado	A cada entrega
Consumo de água e energia	Otimização do uso de equipamentos de refrigeração e limpeza eficiente dos vasilhames	Setor de Infraestrutura / Serviços Gerais	Contínuo

#### Medidas de mitigação na destinação final

Impacto	Medida	Responsável	P r a z o /Periodicidade
Disposição inadequada em aterros	<b>Encaminhamento dos resíduos recicláveis</b> (papel, plástico, papelão) à Associação /Cooperativa de Catadores do município de Iporá	Administração	Contínuo
Emissão de metano e contaminação	<b>Destinação de resíduos orgânicos para compostagem</b> , reduzindo volume enviado a aterros	Administração	Até 90 dias
Geração de resíduos perigosos	<b>Não se aplica</b> (os resíduos gerados não são classificados como perigosos - Classe I)	-	-

#### CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS AMBIENTAIS

A presente contratação observa os seguintes diplomas legais e normativos relacionados à proteção ambiental e à sustentabilidade:

Normativo	Conteúdo	Forma de Atendimento
<b>Constituição Federal, art. 225</b>	Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	Adoção de medidas de mitigação e prevenção de danos
<b>Lei nº 12.305/2010</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)	Coleta seletiva, logística reversa (vasilhames), destinação adequada
<b>Decreto nº 11.413/2023</b>	Regulamenta a PNRS e a logística reversa	Logística reversa de embalagens reutilizáveis
<b>Lei nº 11.947/2009</b>	Alimentação escolar e agricultura familiar	Incentivo à aquisição de fornecedores locais (redução de emissões no transporte)
<b>IN SLTI/MPOG nº 01/2010</b>	Critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas	Exigência de embalagens de papel, vasilhames reutilizáveis, vedação de descartáveis
<b>Decreto nº 7.746/2012</b>	Critérios, práticas e ações de sustentabilidade nas contratações públicas	Adoção de práticas sustentáveis em todas as etapas
<b>Instrução Normativa SGD /ME nº 01/2019</b>	Plano de Gestão de Logística Sustentável	Alinhamento ao PLS/IF Goiano (OT1, com reflexos ambientais)

#### IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO

Ainda que a aquisição de produtos de panificação, por si só, gere impactos ambientais negativos, a presente contratação, na forma como está modelada, produzirá **impactos ambientais positivos** relevantes:



Impacto Positivo	Descrição	Forma de Alcance
<b>Redução do consumo de plásticos descartáveis</b>	Substituição de embalagens plásticas individuais por embalagens de papel renovável e biodegradável	Exigência editalícia
<b>Incentivo à logística reversa</b>	Reutilização de vasilhames de plástico para transporte, reduzindo a geração de resíduos	Exigência editalícia
<b>Redução de desperdício de alimentos</b>	Fornecimento parcelado e sob demanda, com base em estimativa realista de consumo	Modelagem da contratação
<b>Fomento à economia local</b>	Redução da distância de transporte (fornecedores locais), diminuindo emissões de GEE	Critérios de participação local
<b>Educação ambiental</b>	Sensibilização da comunidade acadêmica para práticas de consumo consciente e descarte correto	Campanhas internas
<b>Fortalecimento da coleta seletiva solidária</b>	Destinação de recicláveis a cooperativas de catadores	Gestão de resíduos do Campus

Declaramos, para os devidos fins, que a presente contratação:

- a) Não se enquadra nas hipóteses de atividades sujeitas a licenciamento ambiental federal, estadual ou municipal, por tratar-se de aquisição de produtos e não de execução de obras ou serviços de engenharia com potencial poluidor significativo;
- b) Está em conformidade com os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 01/2010 e no Decreto nº 7.746/2012;
- c) Adota medidas efetivas de prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais negativos identificados;
- d) Produz impactos ambientais positivos relevantes, especialmente no que se refere à redução de plásticos descartáveis, logística reversa, combate ao desperdício e fortalecimento da coleta seletiva;
- e) Está alinhada ao Plano Logístico Sustentável do IF Goiano, contribuindo indiretamente para os objetivos ambientais da Instituição;
- f) Atende ao princípio do desenvolvimento sustentável insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, constituindo-se como contratação pública responsável sob as perspectivas social, econômica e ambiental.

Diante do exposto, os possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição de produtos de panificação foram devidamente identificados, analisados e tratados, com a proposição de medidas concretas, exequíveis e efetivas de mitigação, eliminação e compensação.

A presente contratação, longe de se omitir quanto aos seus deveres ambientais, assume protagonismo na adoção de práticas sustentáveis, utilizando o poder de compra do Estado como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com fundamento na análise integrada das dimensões técnica, econômica, operacional, jurídico-normativa e socioambiental, DECLARAMOS que a presente contratação para aquisição de produtos de panificação para o Instituto Federal Goiano – Campus Iporá é:

#### VIÁVEL

em todos os seus aspectos, nos termos do art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos conclusivos:

A contratação é NECESSÁRIA

- Porque a alimentação escolar é direito dos estudantes da educação básica e condição para permanência e êxito;
- Porque a realização de eventos de extensão, ensino, pesquisa e administração exige a oferta de lanches adequados;
- Porque o Campus Iporá não dispõe de estrutura para produção interna de panificados.

A contratação é OPORTUNA

- Porque está prevista no Plano Anual de Contratações 2026;
- Porque há disponibilidade orçamentária assegurada;

- Porque atende a demandas reprimidas e evita contratações emergenciais.

A contratação é VANTAJOSA

- Porque os preços referenciais são compatíveis com o mercado;
- Porque o SRP e o agrupamento em lotes geram economia de escala;
- Porque a solução adotada é mais econômica que as alternativas (produção interna ou contratações emergenciais).

A contratação é EXEQUÍVEL

- Porque há mercado fornecedor competitivo e capacitado;
- Porque a Administração dispõe de estrutura e pessoal para gestão e fiscalização;
- Porque os prazos, condições e especificações são compatíveis com a realidade operacional.

A contratação é LEGÍTIMA

- Porque atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência e eficácia;
- Porque está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os normativos infralegais;
- Porque respeita os direitos fundamentais, a ordem econômica, a ordem social e o meio ambiente.

A contratação é SUSTENTÁVEL

- Porque promove impacto social positivo (permanência escolar, inclusão, economia local);
- Porque adota medidas efetivas de mitigação de impactos ambientais;
- Porque contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

DECISÃO

Ante o exposto, MANIFESTAMOS pela VIABILIDADE PLENA da presente contratação, opinando pelo PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, com a elaboração do Termo de Referência, minuta do edital e demais atos preparatórios, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 58/2022.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TAMIRES ARAUJO LIMA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 10:08:05.*

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

**Assunto:** Estudo Técnico Preliminar 20/2026  
**Assinado por:** Tamires Araujo  
**Tipo do Documento:** Aquisições e/ou Contratações  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:  
▪ **Tamires Araujo Lima, ADMINISTRADOR**, em 02/03/2026 10:49:00.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 851623  
**Código de Autenticação:** e550c9a23c



Ata de Registro de Preços 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	NADIA DIAS SIMIAO LEAO	12/03/2026 10:13 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	20/2026	23220000145202669

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23220.000145/2026-69

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, por intermédio do seu Campus Iporá, com sede no (a) Avenida oeste nº 350, Parque União, CEP: 76.206-041, na cidade de Iporá/GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.651.417/0006-82, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral Prof. Marcelo Medeiros Santana, nomeado(a) pela Portaria nº 159, de 16 de Janeiro de 2024, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1550070, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026, publicada no ..... de ...../...../2026, processo administrativo n.º 23220.000145/2026-69, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Panificados, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade				

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Campus Iporá (UASG 158124).

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

## **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

--	--	--	--	--	--	--	--	--

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NADIA DIAS SIMIAO LEAO**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 10:13:00.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 2/2026 - UCL-IP/GAP-IP/CMPIPR/IFGOIANO

**ANEXO IV**

**CARTA PROPOSTA DA LICITANTE**

**Pregão Eletrônico SRP nº. 90014/2026**

Prezados Senhores,

Tendo examinado e aceito todos os termos do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº. 90014/2026, apresento a presente proposta para o fornecimento e entrega dos produtos indicados na Planilha de Preços abaixo e declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do fornecimento, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, lucros, encargos fiscais ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Concordo em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.

Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Tel/Fax: \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_  
Dados do Representante Legal da Empresa:  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

Nome do Representante Legal da Empresa

• Em razão da aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ao preencher e/ou assinar o documento, não constar os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-lo.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nadia Dias Simiao Leao, CHEFE - FG2 - UCL-IP**, em 11/03/2026 09:23:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 798759

**Código de Autenticação:** d3b999ac55



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Iporá

Av. Oeste, Parque União, 350, Parque União, IPORA / GO, CEP 76.200-000

(64) 3674-0400